

ChatGPT, Tarcísio, Feder e a Educação desumanizada de São Paulo

A complicada gestão de Feder na Educação paulista

Nos últimos anos, a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo tem acumulado fracassos em relação à gestão do ensino. Na pressa de implementar uma "educação digital" no estado de São Paulo, o secretário Feder acabou passando um vexame.

A "educação digital" que seria implementada resumia-se a um conteúdo organizado em *PowerPoints* que os alunos deveriam copiar no caderno. Não valorizava o pensar, o questionamento, a reflexão e o debate., tanto conceituais como factuais, e se tornou alvo de críticas jocosas em todo o Brasil, o que obrigou o secretário Feder a retroceder em relação à sua implementação.

Entretanto, o material retorna à cena agora, com a promessa de que as correções serão feitas pelo ChatGPT. Essa iniciativa de "recauchutar" o material produzido pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, além de ser uma confissão de culpa, mal toca a raiz do problema: a falta de envolvimento substancial dos professores no processo de criação de materiais didáticos da Secretaria da Educação.

O problema da Educação em São Paulo não está exatamente na precisão factual dos conteúdos criados por pessoas ou robôs. O problema básico está no modelo educacional, que retira dos professores sua autonomia intelectual e pedagógica. Ou, mais precisamente, que engessa o pensamento docente.

Feder e Tarcísio consideram os professores apenas revisores de material gerado por algoritmos e "passadores de *slides*" dos conteúdos gerados por IA, na sala de aula, para os estudantes copiarem. Isso não é nem de longe um modelo de educação digital.

Dilemas éticos da IA e falta de transparência

A integração à força da IA na Educação levanta inúmeras questões legais e éticas, sobretudo devido à ausência – ainda – de legislação específica que regule seu uso de maneira clara.

Atualmente, o PL 2.338/2023, em tramitação no Congresso Nacional, busca estabelecer diretrizes claras para o uso de IA, incluindo a necessidade de avaliação de risco e classificação de sistemas de IA conforme seu potencial impacto na sociedade. O projeto de lei exige testes antes de se aplicar em massa um produto produzido por IA.

Mas não existe transparência em São Paulo.

Não sabemos como esse material didático está sendo produzido. Quais são as comandas enviadas ao ChatGPT para que ele crie o material didático? Que arquivos alimentam esse banco de dados? Como podemos garantir que não há materiais com direitos autorais alimentando o ChatGPT para a produção desse novo material?

Outras questões éticas ainda estão envolvidas. Sem estudos preliminares ou divulgação transparente dos métodos e materiais utilizados, a Secretaria da Educação opera em uma zona cinzenta, o que pode ter implicações legais significativas.

Há suspeitas crescentes de que materiais protegidos por direitos autorais estejam sendo utilizados sem permissão nos bancos de dados de IA, uma prática que poderia violar os direitos autorais dos criadores.

Por isso, a ABRALE questiona a TRANSPARÊNCIA por parte da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo sobre como esse material é produzido desde suas primeiras etapas.

A entidade sugere enfaticamente também que haja métodos de controle e governança para garantir que a lei de direitos autorais seja integralmente cumprida em relação aos materiais produzidos em São Paulo.

Resgatando a centralidade dos professores

Gostaríamos de deixar claro também que a ABRALE não assume uma postura reacionária em relação a qualquer inovação tecnológica.

Entretanto, sabemos que a Inteligência Artificial Generativa ainda está em sua infância e que aprender a utilizar a IA de maneira crítica é fundamental para estudantes e educadores. Mais do que nunca, precisamos ter certeza de que a centralidade dos movimentos tecnológicos na Educação está na formação do sujeito, do cidadão, do ser humano, para que possa continuar a aprender e a se desenvolver autonomamente.



A trajetória atual da política educacional de São Paulo, ao deslocar o professor de seu papel central, não apenas compromete a qualidade da educação, mas também despoja tanto educadores quanto estudantes da essência da experiência de aprendizagem: a interação humana significativa. Se não corrigirmos agora esse curso, professores e alunos serão, cada vez mais, vítimas de uma educação desumanizadora.

Mais que substituir o ser humano pelo algoritmo, seria importante trazer para dentro da sala de aula o uso da IA como instrumento para a criação de conhecimento coletivo, como um novo conteúdo tecnológico a ser aprendido de forma crítica e uma nova metodologia para a eterna busca humana pelo Saber.

A formação adequada de professores em tecnologias de IA é essencial. Os docentes e discentes precisam não apenas dominar o uso dessa ferramenta, mas também ser capazes de integrá-la de forma crítica ao currículo educacional, assegurando que ela seja uma aliada, não uma substituta. Até porque a máquina não é capaz de realizar os papéis psicossociais atribuídos aos professores para a formação da cidadania.

A ABRALE acredita que o objetivo da Educação deve ser sempre o ser humano e nunca sua desumanização.